

A vida antes do 25 de Abril

Francisco Melro

27 de Julho de 2025

Nasci em 1949 em Alfaiates, aldeia raiana do concelho do Sabugal, onde vivi até 1958. Alfaiates foi um dos Castelos de RibaCoa que passaram do Reino de Leão para Portugal, pelo tratado de Alcanices, no Reinado de D. Dinis. Não existe nestas terras qualquer obstáculo geográfico, nem rio nem montanha, a separar os dois domínios, pelo que sempre foi simples atravessar a fronteira, apenas referenciada aqui ou ali por marcos.

Há registos arqueológicos e documentais que comprovam que Alfaiates foi habitada nos tempos pré-históricos, pré-romanos, romanos, visigodos e árabes. Devido à sua localização geográfica e aos caminhos que sempre a foram atravessando, Alfaiates foi sendo palco de conflitos e batalhas, com destaque, para a sua destruição por Almançor no ano de 997 e, pós a reconquista cristã e quando já era portuguesa, para os relacionados com a Guerra da Restauração e com as invasões napoleónicas, período em que Alfaiates chegou a servir de quartel-general do general francês Massena. O foral concedido pelo rei Afonso IX de Leão aos habitantes de Alfaiates serviu de base para os estudos de Alexandre Herculano acerca deste tema. Alfaiates foi até 1873 sede de concelho.

A pobreza e o analfabetismo marcavam presença nesses tempos. Sobrevivia-se da agricultura, suportada por terra escassa demais e nem toda suficientemente fértil para alimentar tanta gente. Duas famílias, os Garcias e os Camejos, eram donos de parte importante das terras, que arrendavam, “a meias” ou “a terças”. A maior parte do terreno estava dividida em pequenas parcelas, continuamente diminuídas pelas partilhas hereditárias.

Para sobreviverem na zona raiana, muitos habitantes recorriam adicionalmente ao contrabando. Era o caso do meu pai. Guardo em minha casa a máquina de costura Singer da minha mãe, trazida de contrabando de Espanha pelo meu pai e com que a minha mãe foi costurando muitas das roupas da família.

Na aldeia não havia motorizadas nem automóveis, excluindo um “carro de aluguer”, pelo que a única ligação diária motorizada regular ao exterior era assegurada por um autocarro, a “carreira”, que ia percorrendo as principais aldeias da zona até à sede do concelho e à Guarda, com uma única ida pela manhã cedo e um único retorno ao fim do dia. Só havia hospital na Guarda, de difícil acesso, pela distância, pelas restrições nos acessos e pelas dificuldades financeiras. Nunca vi uma ambulância, nem sabia o que isso era, durante os anos que lá vivi.

Havia muita mortandade à nascença ou durante a tenra idade. Eram os “anjinhos”. Fui ao funeral de alguns. Não iam para o Céu porque não viviam o tempo suficiente para serem baptizados. As doenças complicadas eram “o mal” e pouco ou nada havia para fazer para as curar. Quando havia fracturas de ossos, recorria-se ao “endireita”. O mais famoso era um de uma aldeia próxima, Roque Amador. Tive o “privilégio” de usufruir dos seus endireitamentos quando parti um braço. Guardo a marca desse desempenho, para memória. O médico local, que havia, era boa pessoa mas com especializações, capacidades e meios limitados, mas que cobrava os serviços respeitando as capacidades

ou não capacidades financeiras dos pacientes, e, por isso, na generalidade das vezes, à borla.

Os lavradores dispunham de juntas de vacas para puxar os seus carros agrícolas. Os instrumentos de trabalho eram rudimentares, resumiam-se ao arado, à enxada, à foice, à gadanha, à forquilha, ao machado, ao malho, ao martelo, à serra e a instrumentos afins. Os burros apoiavam no transporte de pessoas e bens.

A população **presente** na minha aldeia no momento do censo de 1950 era de 1680 pessoas, todas católicas, segundo o censo respectivo. Segundo este censo, 711 pessoas sabiam ler. Não sei se seriam tantas. Mas saber ler não significava que tivessem concluído sequer a 4ª classe, ouvi gente a orgulhar-se de ter concluído a 3ª classe, e muito menos era sinónimo de literacia. De resto, também não havia nada para ler, nem livros nem jornais, nem condições, nem vida para tal. Só para as cartas entre familiares. Os meus pais eram solicitados frequentemente por conterrâneos para lerem e escreverem cartas ou para darem apoio no preenchimento de documentos. Alguns serões na minha infância foram assim passados à luz do candeeiro, porque não havia energia eléctrica, nem, já agora, os luxos de água canalizada ou de rede de esgotos. A água ia buscar-se à fonte com cântaros de barro que ficavam guardados na cantareira. Nos dias mais frios de Inverno era necessário quebrar a superfície gelada do topo do cântaro para aceder à água necessária para a higiene matinal e para o pequeno-almoço. Tal era a temperatura ambiente dentro de casa. Acender o lume, na lareira a lenha, aquecer as mãos e a água eram as tarefas prioritárias nas manhãs de Inverno.

Todos os garotos da minha geração foram à escola. Era obrigatório, embora houvesse por vezes um ou outro, nomeadamente filhos de pastores, que os pais “desviavam” da escola. Na escola só líamos o livro oficial, que louvava a ditadura de Salazar, os sucessos da nossa História, a grandeza do nosso Império, a Igreja Católica e os seus milagres e a vida feliz nos campos. Não havia mais nada para ler, nem na escola nem fora dela. Todos íamos à missa, à catequese, fazíamos as confissões e as comunhões impostas pela Santa Mãe Igreja. Brincávamos e jogávamos à bola na rua, às vezes descalços, com risco de marcas dolorosas.

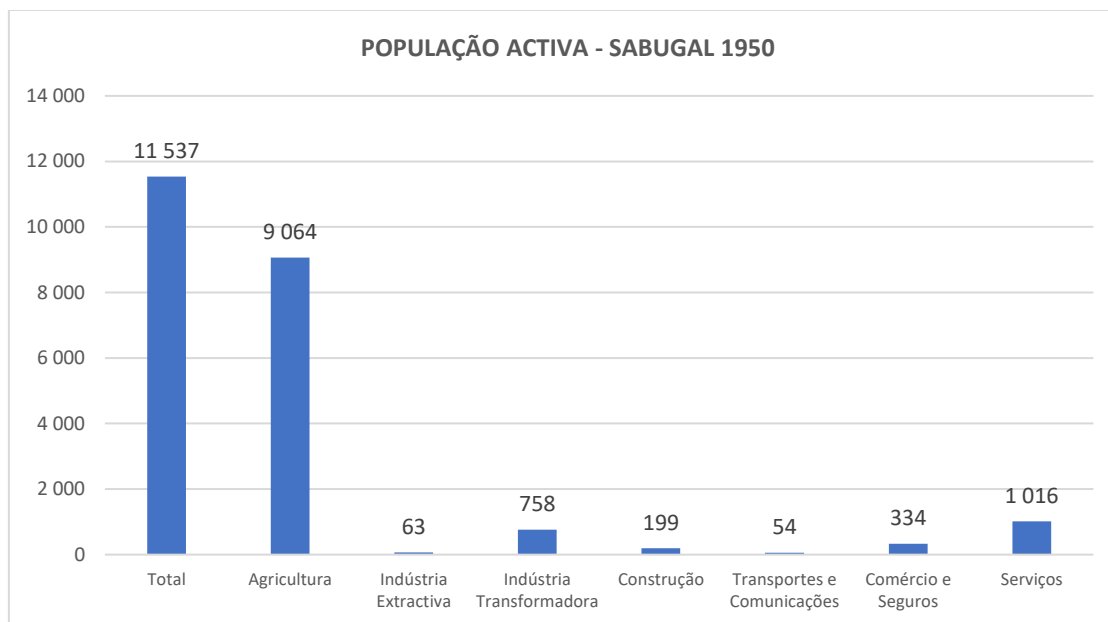
O futuro dos jovens da minha aldeia, e no resto do concelho do Sabugal, à saída da escola primária, com 10/11 anos, seria trabalhar com a família no campo. De resto, já iam treinando sempre que não tinham aulas. Se tivessem vocação e jeito para tal, poderiam tentar ir para um Seminário, intenção sujeita a uma seleção restrita e apertada.

A profissão de padre era financeiramente compensadora e os que não estivessem virados para abraçar a profissão, “renegavam-na”, nas vésperas de serem ordenados, e seguiam a carreira de professor, opção que estava bastante armadilhada por obstáculos e penalizações legais, mas que muitos, incluindo alguns familiares meus, seguiram.

Para a esmagadora maioria dos rapazes que ficavam na aldeia só restava uma hipótese de fugir à sina tradicional: candidatar-se a empregos públicos, na Guarda Fiscal, na Polícia ou na GNR. Mas para tal, teriam de beneficiar de “conhecimentos e cunhas” e “ir à tropa”, o que implicava ficarem “aprovados” quando “iam às sortes”, ou seja, à inspecção militar. Ainda vi alguns chorarem por terem reprovado nas inspecções e outros consolados por terem ficado “esperados”, teriam uma segunda hipótese. A estatura era o elemento mais crítico. A malta das Beiras era baixa. Ainda não havia guerra e os recrutadores podiam ser intransigentes. Os poucos que tinham sucesso nesta empreitada e “tiravam o barrete”

eram muito cobiçados pelas raparigas da aldeia, única chance também para elas de fugirem da vida do campo.

Segue-se o retrato da economia do Concelho do Sabugal feito pelo censo do INE de 1950. É evidente que a globalidade da actividade nos Serviços, comércio, seguros, transportes e comunicações se concentrava na sede do concelho.



Poupo-vos à descrição dos episódios e conflitos que presenciei associados à pobreza e ao desespero daquelas gentes. Relato apenas aquele dia em que, quando, após uma jornada escolar, descia com os meus companheiros a ladeira da eira anexa à Escola Primária, passaram por nós dois ou três cavaleiros carregados de contrabando, em grande galope, perseguidos por outros tantos da Guarda Fiscal, aos tiros. Viraram para o Soito, onde deviam pertencer.

Todas as aldeias raianas faziam contrabando, mas os do Soito e os de Quadrazais eram os que mais recorriam aos cavalos. Alguns anos depois de eu ter saído de Alfaiates, um amigo meu, um pouco mais velho, morreu baleado pelos carabineiros espanhóis, ainda em território espanhol, quando fugia num cavalo carregado com contrabando. Um outro amigo que o acompanhava conseguiu sobreviver para relatar o sucedido, indicando aos pais o local onde o filho tinha sido abatido.

O contrabando da altura movimentava matérias altamente perigosas como ovos, amêndoas, azeite, café, bacalhau, pano, perfumes, cornos, máquinas de costura, etc. Até pão e bolachas (galhetas) se contrabandeava. Quando o contrabando era feito em grupo, normalmente para transporte de grandes quantidades, partia-se da aldeia, a pé, ao início da noite e regressava-se de madrugada. Era necessário vigiar os movimentos da Guarda Fiscal e dos Carabineiros, que conheciam as veredas tão bem como os contrabandistas, tarefa partilhada com parceiros do outro lado da fronteira. Era na modalidade de grupo que contrabandeava o meu pai que tinha parceiros do outro lado da fronteira, nomeadamente, em El Bodón, Fuenteguinaldo e Alberquería de Argañán.

Foi no âmbito de uma destas empreitadas contrabandísticas que o meu pai ficou preso durante um ano em Espanha, quando eu tinha apenas 5 anos de idade. A notícia da prisão

foi-nos trazida pelo Angel, um dos seus parceiros de negócio em El Bodón. Éramos já seis irmãos, entre 1 e 11 anos de idade, e a minha mãe passou uma temporada difícil a assegurar o sustento da família e a labutar pela libertação do meu pai. Mais tarde chegariam mais dois irmãos. Como único “homem” da família na altura, acompanhei a minha mãe em muitas das suas canseiras, desde regas de pequenas parcelas de terreno, vendas de produtos agrícolas em feiras, idas ao Sabugal para tratar da libertação do meu pai e até, uma vez ou outra, nas suas idas a Alberguería de Argañan fazer compras que trazia de contrabando.

Alberguería ainda fica distante de Alfaiates, cerca de 10 km (consultei o Google), e a minha mãe teve de carregar adicionalmente comigo nos momentos de maior fadiga. O financiamento do contrabando da minha mãe era compartilhado por um compadre de Alberguería, o Daniel, pai da Marisa, afilhada dos meus pais, que devia dinheiro de negócios ao meu pai.

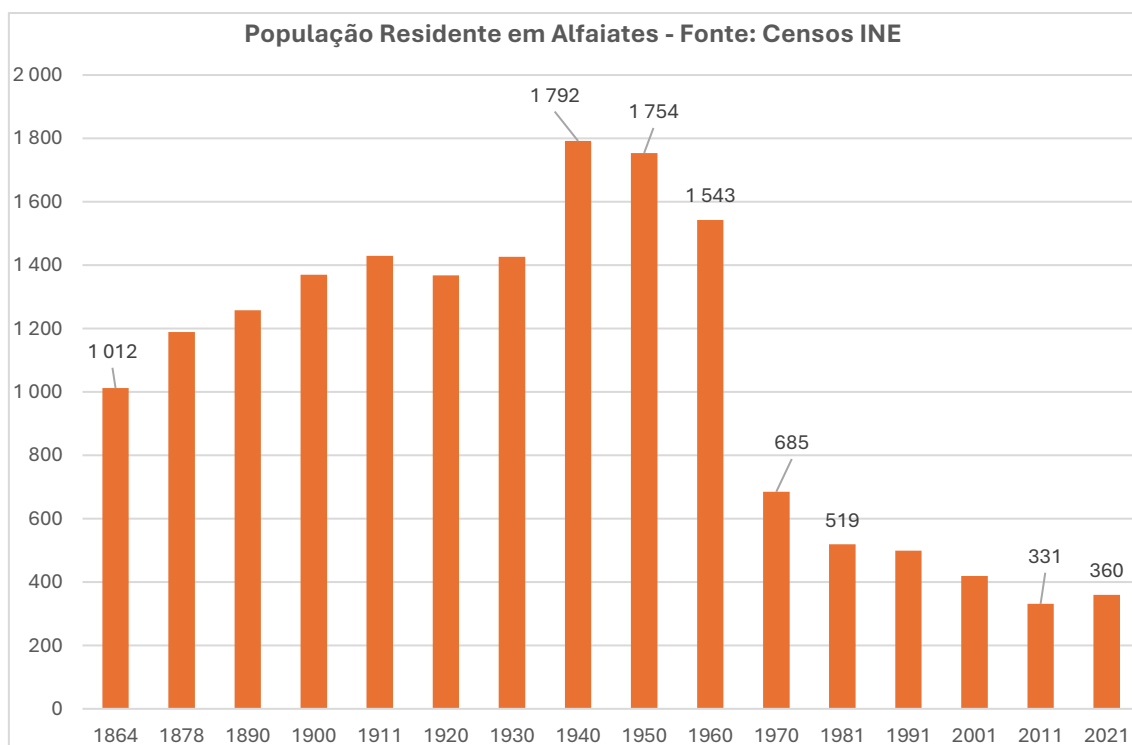
Numa das suas saídas para o contrabando, a minha mãe partiu sozinha, de madrugada, mas só voltou ao início da noite. Tinha sido interceptada pelos carabineiros, que lhe roubaram a mercadoria e a obrigaram a sair de Espanha, mas ela regressou por outra vereda, foi buscar financiamento ao sítio habitual, fez novas compras e esperou pelo fim do turno da patrulha dos carabineiros para regressar.

A candidatura de Humberto Delgado em 1958 surgiu como uma esperança para muita gente na aldeia. Uma terra onde eu nunca tinha ouvido falar de política, entrou, de repente, em alvoroço: eram o pároco a excomungar os comunistas, cromos do Américo Tomás ajoelhado a rezar a serem distribuídos na igreja, uma manifestação, só de homens, a protestar contra a proibição da ida do Delgado ao Soito, era o pároco a mobilizar as mulheres para o local de votação para impedirem os maridos de votarem no Delgado. No dia da votação, foi um pandemónio na praça central junto ao local da votação.

Esta era a outra componente da pobreza e da miséria social em que se vivia.

O insucesso da campanha de Delgado foi o impulso final para a debandada migratória que já tinha começado. De repente, toda a gente conhecia alguém que já tinha abalado, que falava com um empregador francês para assegurar mais um emprego e aí ia a malta. Os moradores da raia tratavam por tu as veredas do contrabando e foi um ver se te avias. A seguir aos homens, emigraram as mulheres e os filhos. Segundo o INE, entre 1950 e 1970 a população residente em Alfaiates diminuiu em 61%. Só ficaram alguns lavradores e a população mais idosa. Num ápice, reduziu-se drasticamente a pobreza e o analfabetismo lá na terra.

O meu pai só não emigrou porque, entretanto, um irmão da minha mãe, que era professor liceal, lhe arranjou emprego no Colégio de Tomar.



Há cinco anos fizemos em Alfaiates um almoço comemorativo dos 70 anos de vida dos companheiros da minha primeira classe. Entre os homens presentes, era o único que não tinha emigrado. Os registos da paróquia assinalam 83 baptizados de nascidos/as em 1949.

As remessas de emigrantes melhoraram o nível de vida da minha aldeia. Os poucos que ficaram passaram a viver de forma mais desafogada, com terra disponível e com subida da capacidade financeira propiciada pelas remessas dos familiares que emigraram.

Estudei no Colégio Nuno Álvares de Tomar a partir de 1959, onde terminei a escola primária e realizei os estudos liceais, em regime de semi-internato.

Da minha adolescência em Tomar e dos tempos posteriores da minha vida universitária e até ao 25 de Abril pouco irei dizer, embora tenha sido, provavelmente, a pretexto das minhas vivências nesse período que me convidaram para este depoimento. O texto já vai demasiado longo e sobre estas experiências, de resto similares às de tantos outros que já as descreveram, poderei escrever noutras alturas e noutras circunstâncias.

A minha experiência de vida na minha aldeia, porque menos comum e sobretudo menos escrita, parece-me mais interessante para ser partilhada. Sobre o resto, direi apenas que me integrei militantemente na contestação estudantil à guerra e à ditadura, tendo merecido, em consonância, a distinção honrosa de um mandato de captura passado pela PIDE.

No dia 25 de Abril fui acordado pela minha mãe às 7 da manhã para me dizer que estava a ocorrer algo de estranho, que parecia que havia uma revolução. Perante a minha incredulidade e desinteresse, a minha mãe decidiu colocar a rádio em alta voz. Nesse momento estava a Tonicha a cantar” *labuta, meu bem labuta, é no mês de Maio que começa a luta*”. Aí levantei-me sobressaltado. Estávamos próximo do 1 de Maio e não era suposto a rádio estar a transmitir estas coisas.